



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**APOSTILA Nº 03 AO CONTRATO N. 20/2017.**

**APOSTILA N. 03 AO CONTRATO N. 20/2017, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA SETOPAR - SERVICOS TERCEIRIZADOS DO OESTE DO PARANA EIRELI - ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, CONSISTENTES EM POSTOS DE ALMOXARIFE, PARA TRABALHAREM PRIORITARIAMENTE NA CONSERVAÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS DO TRE-RO.**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0000914-12.2017.6.22.8000](#)  
PREGÃO ELETRÔNICO N. 17/2017**

O Excelentíssimo Senhor Presidente do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, no uso de suas atribuições legais, por meio da Decisão nº 162/2020- PRES/ASSPRES (evento [0584616](#)), de 10/09/2020;

RESOLVE:

**I - EXPEDIR a presente APOSTILA**, com fundamento na Cláusula Vigésima Sexta do Contrato n. 20/2017 (evento [0247313](#)), no art. 65 §8º, da Lei n. 8.666/93; no art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/2018; no Acórdão n. 1563/2004/TCU-Plenário e no art. 53 e seguintes, da Instrução Normativa n. 05/2017/SLTI/MPDG, para registrar a **Repactuação de 4,50%** (quatro inteiros e cinquenta centésimos) sobre o valor mensal dos postos (já inclusos os respectivos encargos legais), **a contar de 1º/01/2020**, em face da homologação da **Convenção Coletiva de Trabalho SINTELPES 2020/2020**, conforme detalhamento abaixo e novas planilhas de composição de custos (Anexo I deste instrumento):

Reflexos da convenção coletiva de 2020, para efeito desta repactuação:
--

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Os salários de almoxarife de R\$ 1.913,70 para R\$ 1.999,82 - cláusula terceira da CCT/2020; e
2. O auxílio alimentação de R\$ 380,00 para R\$ 400,00 - cláusula décima quinta da CCT/2020.

VALORES ATUAIS (2019)				VALORES REPERCUSSIVOS (2020)	
POSTO DE TRABALHO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÊS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÊS
Almoxarife	04	R\$ 4.149,96	R\$ 16.599,84	R\$ 4.336,56	R\$ 17.346,24
TOTAL MENSAL			R\$ 16.599,84		R\$ 17.346,24

VALOR ATUAL MENSAL DE CADA POSTO (TOTAL DE 04): R\$ 4.149,96			VALOR ATUAL DO CONTRATO
VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO			R\$ 213.946,88
Valor atual do posto	Quant. Postos	Valor para execução anual, de 01/01/2020 até 31/12/2020	Valor atual do Contrato
R\$ 4.149,96	04	12	R\$ 199.198,08
Estimativa de Horas Extras:			R\$ 4.948,80
Estimativa de Diárias:			R\$ 9.200,00
Estimativa de Passagens:			R\$ 600,00
VALOR			R\$ 213.946,88



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Novo valor do posto</b>	<b>Quant. Postos</b>	<b>Valor para execução anual, de 01/01/2020 até 31/12/2020</b>	<b>Valor atualizado do Contrato</b>
R\$ 4.336,56	04	12	R\$ 208.154,88
Estimativa de Horas Extras:			R\$ 5.171,84
Estimativa de Diárias:			R\$ 9.200,00
Estimativa de Passagens:			R\$ 600,00
<b>VALOR</b>			<b>R\$ 223.126,72</b>
<b>VALOR DA REPACTUAÇÃO</b>			<b>R\$ 9.179,84</b>

FONTE: Informações n. 30 e n. 32/2020/COSUPUE (eventos [0558632](#) e [0567431](#)) e anexos.

**II - Em decorrência da repactuação registrada nesta Apostila, incidiu ao contrato o valor de R\$ 9.179,84 (nove mil cento e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), correspondente à atualização contratual de 4,29% (quatro inteiros e vinte e nove centésimos).**

**III - A presente repactuação tem efeitos financeiros retroativos a 1º/01/2020.**

**IV – As despesas com esta repactuação correrão à conta do Programa de Trabalho: 02061003342690001 e ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.40-12, conforme Nota de Empenho nº 2020NE000689, de 16/09/2020.**

**V - Para fazer jus aos valores pretéritos, a Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores pagos e valores majorados com relação ao objeto constante neste instrumento.**

**VI - Para assegurar a plena execução do presente ajuste, a Contratada deverá oferecer, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste instrumento, complementação da GARANTIA, no valor**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de R\$ 458,99 (quatrocentos e cinquenta e oito reais e noventa e nove centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor TOTAL deste instrumento, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, a qual deverá ter prazo de validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, nos moldes estabelecidos na Cláusula Quinta do Contrato originário (evento [0247313](#)).

**VII** – Considerando os valores desta repactuação e do contrato originário, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), registre-se que o valor total atualizado deste contrato passa a ser de R\$ 223.126,72 (duzentos e vinte e três mil cento e vinte e seis reais e setenta e dois centavos).

**VIII** - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

**IX** - A presente Apostila passa a fazer parte integrante do Contrato supra, como se nele estivesse transcrita.

**X** - O Contratante providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia.

Porto Velho/RO, 17 de setembro de 2020

Desembargador **MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA**

Presidente do TRE-RO

**ANEXO I DA APOSTILA N. 03 AO CONTRATO N. 20/2017  
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DA EMPRESA  
SETOPAR - SERVICOS TERCEIRIZADOS DO OESTE DO  
PARANA EIRELI - ME - REPACTUAÇÃO CCT 2020**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS –  
ALMOXARIFE**

	<b>Salário Norma</b>
	<b>CBO:</b>
<b>Custos</b>	<b>PERCENTUA</b>
<b>MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO</b>	
<b>1 - Composição da Remuneração</b>	
A - Salário Base	
B - Adicional periculosidade	
C - Adicional insalubridade	
D - Adicional noturno	
E - Hora noturna adicional	
F - Adicional de Hora Extra	
G - Intervalo intrajornada	
H - Outros (especificar)	
<b>TOTAL DA REMUNERAÇÃO</b>	
<b>MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS</b>	
<b>2 - Benefícios Mensais e Diários</b>	
A - Transporte	R\$ 0,00
B - Auxílio alimentação (vales, cesta básica etc.)	R\$ 400,00
C - Auxílio Creche (cláusula décima sexta da CCT 2017)	
D - Seguro de Vida (cláusula décima sétima da CCT 2017)	
E - Auxílio Filho Excepcional (cláusula décima oitava da CCY 2017)	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

F - Outros (especificar)	
<b>TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS</b>	
<b>MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS</b>	
<b>3 - Insumos Diversos</b>	
A - Uniformes	
B - Materiais	
C - Equipamentos - Ponto Biometrico	
D – Hospedagem	
<b>TOTAL DOS INSUMOS DIVERSOS</b>	
<b>MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS</b>	
<b>Submódulo 4.1 - Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>4.1 - Encargos previdenciários e FGTS</b>	
A - INSS	20,00%
B - Sesi ou Sesc	1,50%
C - SENAI ou SENAC	1,00%
D - INCRA	0,20%
E - Salário Educação	2,50%
F - FGTS	8,00%
G - Seguro Acidente do Trabalho/SAT/INSS	1,00%
H - SEBRAE	0,60%
Total de Encargos previdenciários e FGTS	34,80%
<b>Submódulo 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias</b>	
<b>4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias</b>	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A - 13º salário	8,33%
B -Outros	0,00%
Subtotal	8,33%
C - Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	2,90%
Total de 13º Salário e Adicional de Férias	
<b>Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade</b>	
<b>4.3 - Afastamento Maternidade</b>	
A - Afastamento maternidade	0,77%
B - Incidência do Submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	0,27%
Total de afastamento maternidade	1,04%
<b>Submódulo 4.4 - Provisão para Rescisão</b>	
<b>4.4 - Provisão para Rescisão</b>	
A - Aviso prévio indenizado	0,65%
B - Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,05%
C - Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,03%
D - Aviso prévio trabalhado	1,55%
E - Incidência do submódulo 4.1 sobre o aviso previo trabalhado	0,54%
F - Multa do FGTS nas rescisões sem justa causa	0,78%
Total de provisão para Rescisão	3,60%
<b>Submódulo 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	
<b>4.5 - Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	
A - Férias e 1/3 Constitucional de Férias	12,10%
B – Ausência por doença	1,13%

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

C - Licença paternidade	0,10%
D - Ausências legais	0,59%
E - Ausência por acidente de trabalho	0,31%
F - Outros (especificar)	0,00%
Subtotal	14,23%
G - Incidência do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição do profissional ausente	4,95%
Total dos custos de reposição do profissional ausente	19,18%
<b>QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 - Encargos sociais e trabalhistas</b>	
<b>Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas</b>	
4.1 - Encargos previdenciários e FGTS	34,80%
4.2 - 13º Salário e adicional de férias	11,23%
4.3 - Afastamento maternidade	1,04%
4.4 - Custo de rescisão	3,60%
4.5 - Custo de reposição do profissional ausente	19,18%
4.6 - Outros (especificar)	0,00%
<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS</b>	
<b>MÓDULO 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>	
<b>5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	
A - Custos Indiretos	1,10%
B - Lucro	1,50%
C - Tributos	8,65%
C.1 - Tributos Federais (PIS e COFINS)	3,65%
C.2 - Tributos Estaduais (especificar)	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

C.3 - Tributos Municipais (ISS)	5,00%
C.4 - Outros Tributos (especificar)	
<b>TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>	
<b>QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO</b>	
<b>Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	
<b>A - Módulo 1 - Composição da Remuneração</b>	
<b>B - Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários</b>	
<b>C - Módulo 3 - Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)</b>	
<b>D - Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	
<b>E - Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro</b>	
<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>	
<b>Postos de Serviços</b>	<b>Quantidade</b>
<b>POSTO ALMOXARIFE</b>	<b>4</b>
<b>Total Mensal do Posto</b>	<b>4</b>
<b>Total Anual do Posto</b>	<b>4</b>
<b>Valor Estimado com Horas Extras - 50,00%</b>	<b>96</b>
<b>Valor Estimado com Horas Extras - 100,00%</b>	<b>64</b>
<b>Diárias</b>	
<b>Passagens</b>	
<b>TOTAL GERAL DAS DESPESAS</b>	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ANEXO II DA APOSTILA N. 03 AO CONTRATO N. 20/2017/TRE-RO****HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO****Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila</b>	<b>Percentual de acréscimo/supressão de cada aditivo em relação ao valor inicial atualizado do contrato  (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)</b>
Contrato n. 20/2017 (assinado em 18/12/2017) – Volume V do PA (evento n. <a href="#">0247313</a> )  Vigência: 12 meses, a contar de 18/12/2017, podendo ser prorrogado.  (garantia: R\$ 10.080,42)	R\$ 201.608,48	-
1ª Apostila (assinada em 29/11/2018) – Volume VIII do PA (evento n. <a href="#">0367068</a> )  Repactuação de 1,015% sobre o contrato, a contar de 1º/01/2018.  Valor total: R\$ 3.176,24  (garantia: R\$ 158,81)	R\$ 3.176,24	-
1º Termo Aditivo (assinado em 30/11/2018) – Volume VIII do PA (evento n. 0367923)  Prorrogação da vigência por 12 meses, a contar de 19/12/2018 até 18/12/2019.  (garantia: R\$10.239,24)	R\$ 204.784,72	-
2ª Apostila (assinada em 09/08/2019) – Volume X do PA	R\$ 9.162,16	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(evento n. <a href="#">0443582</a> ) Repactuação de 1,044% sobre o contrato, a contar de 1º/01/2019. Valor total: R\$ 9.162,16 (garantia: R\$ 458,11)		
2º Termo Aditivo (assinado em 27/11/2019) – Volume XI do PA (evento n. <a href="#">0481207</a> ) Prorrogação da vigência por 12 meses, a contar de 19/12/2019 até 18/12/2020. (garantia: R\$ 10.697,34)	R\$ 213.946,88	-
3ª Apostila (assinada em ____/09/2020) – Volume XIII do PA (evento n. <a href="#">0589293</a> ) Repactuação de 4,29% sobre o contrato, a contar de 1º/01/2020. Valor total: R\$ 9.179,84 (garantia: R\$ 458,99)	R\$ 9.179,84	-

decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

<b>VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	<b>R\$ 223.126,72</b>
<b>PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES DESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR INICIAL ATUALIZADO CONTRATO</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	<b>0,00%</b>

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO****LOPES, Diretora Geral**, em 17/09/2020, às 16:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 17/09/2020, às 16:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0589293** e o código CRC **D5D65867**.

0000914-12.2017.6.22.8000

0589293v4

Criado por 006007062364, versão 4 por 004577222313 em 17/09/2020 16:02:58.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**INFORMAÇÃO Nº 32/2020 - PRES/DG/STIC/COSUPUE**

De: COSUPUE

Para: SECONT

Em resposta à solicitação de diligência ([0564582](#)), informo **o percentual da repactuação sobre o valor mensal dos postos**, em razão da Convenção coletiva SINTELPES 2020/2020 e **o percentual correspondente do valor atualizado do contrato com a repactuação de 2020**.

Considerando que a convenção coletiva de 2020, para efeito da repactuação pretendida, altera:

- a. os salários de almoxarife de **R\$ 1.913,70** (um mil novecentos e treze reais e setenta centavos) para **R\$ 1.999,82** (um mil novecentos e noventa e nove reais e oitenta e dois centavos) - cláusula terceira;
- b. o auxílio alimentação de **R\$ 380,00** (trezentos e oitenta reais) para **R\$ 400,00** (quatrocentos reais) - cláusula décima quinta;

Com essa alteração o valor mensal de cada posto de trabalho objeto do contrato passará de **R\$ 4.149,96** (quatro mil cento e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos) para **R\$ 4.336,56** (quatro mil trezentos e trinta e seis

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

reais e cinquenta e seis centavos), conforme demonstrado na planilha de custos da repactuação ([0558622](#)) e na planilha de custos análise da gestão ([0558657](#)).

Sendo assim, o valor mensal do contrato será reajustado da seguinte maneira

VALORES ATUAIS (2019)				VALORES REPACTUADOS (2020)	
POSTO DE TRABALHO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÊS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÊS
Almoxarife	04	R\$ 4.149,96	R\$ 16.599,84	R\$ 4.336,56	R\$ 17.346,24
TOTAL MENSAL			R\$ 16.599,84		R\$ 17.346,24

Essa alteração de R\$ 16.599,84 (dezesseis mil quinhentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos) para R\$ 17.346,24 (dezessete mil trezentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), gera uma diferença de R\$ 746,40 (setecentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos), que corresponde a 4,50% de aumento em relação ao valor original.

Em relação ao contrato como um todo, o valor é alterado conforme segue:

**Diferença para repactuação:**

<b>VALOR ATUAL MENSAL DE CADA POSTO (TOTAL DE 04): R\$ 4.149,96</b>			<b>VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO</b>
			<b>R\$ 213</b>
<b>Valor atual do posto</b>	<b>Quant. Postos</b>	<b>Valor para execução anual, de 01/01/2020 até 31/12/2020</b>	<b>Valor atual do C</b>
R\$ 4.149,96	04	12	R\$ 199
Estimativa de Horas Extras:			R\$ 4
Estimativa de Diárias:			R\$ 9
Estimativa de Passagens:			R\$
<b>VALOR</b>			<b>R\$ 213</b>
<b>Novo valor do posto</b>	<b>Quant. Postos</b>	<b>Valor para execução anual, de 01/01/2020 até 31/12/2020</b>	<b>Valor atualizado Contrato</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

R\$ 4.336,56	04	12	R\$ 208
Estimativa de Horas Extras:			R\$ 5
Estimativa de Diárias:			R\$ 9
Estimativa de Passagens:			R\$
<b>VALOR</b>			<b>R\$ 223</b>
<b>VALOR DA REPACTUAÇÃO</b>			<b>R\$ 9</b>

Essa alteração de R\$ 213.946,88 (duzentos e treze mil novecentos e quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos) para R\$ 223.126,72 (duzentos e vinte e três mil cento e vinte e seis reais e setenta e dois centavos), gera uma diferença de R\$ 9.179,84 (nove mil cento e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos) que corresponde a 4,29% de aumento em relação ao valor original do contrato.

Sendo o que tinha a informar,

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **PLÍNIO MARTINS DE OLIVEIRA, Coordenador(a)**, em 06/08/2020, às 14:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0567431** e o código CRC **9845385E**.

0000914-12.2017.6.22.8000

0567431v4

Criado por 009169402372, versão 4 por 009169402372 em 06/08/2020 14:48:49.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000914-12.2017.6.22.8000



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: Coordenadoria de Suporte e Urnas Eletrônicas –COSUPUE

ASSUNTO: Repactuação 2020 - Contrato nº 20/2017. Prestação de serviços de apoio administrativo para o fornecimento de postos de almoxarifados.

Empresa: Serviços Terceirizados do Oeste do Paraná EIRELI – ME.

ANÁLISE.

**PARECER JURÍDICO Nº 169 / 2020 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa SETOPAR – Serviços Terceirizados do Oeste do Paraná EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob nº 03.637.701/0001-24, para prestar serviço continuado de apoio administrativo, consistente no fornecimento de 04 (quatro) postos de almoxarifados. A contratação foi inicialmente dimensionada para 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no Contrato Administrativo nº 20/2017 ([0247313](#)), atualmente em plena execução.

**02.** Na informação nº 30/2020 – PRES/DG/STIC/COSUPUE ([0558632](#)), a unidade gestora – Coordenadoria de Suporte e Urnas Eletrônicas –COSUPUE - comunica o pedido de repactuação feito pela empresa SETOPAR – SERVIÇOS TERCERIZADOS DO OESTE DO PARANA EIRELI – ME ([0558619](#)), demonstra a alteração do salário e do auxílio alimentação, a variação dos valores, os novos valores contratuais, planilha de custo da repactuação ([0558622](#)) e planilha de custos análise da gestão ([0558657](#)), contudo não apresenta na informação os percentuais da repactuação sobre o valor mensal dos postos e o percentual correspondente ao valor atualizado do contrato com a repactuação 2020. Por fim, informa a necessidade de reforço da NE nº 2020NE00178, no valor de R\$ 9.179,84 (nove mil cento e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).

**03.** Recebido os autos no GABSAOFC, seu titular atribui concomitantemente o feito para à COFC para reforço na nota de empenho, à SECONT para elaboração de minuta de apostilamento e ao final a esta assessoria para análise jurídica, consoante o Despacho nº 1150/2020 ([0559964](#)).

**04.** O Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade informa que a despesa pretendida para o presente exercício foi prevista no



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

planejamento orçamentário do exercício e com dotação suficientemente disponível para sua realização ([0560007](#)), com isso a SPOF junta aos autos a programação orçamentária no valor de R\$ 9.179,84 (nove mil cento e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos) ([0560045](#)). Após solicitação de diligência para a unidade gestora da contratação pedindo informação **do percentual da repactuação sobre o valor mensal dos postos**, em razão da Convenção coletiva SINTELPES 2020/2020 e o **percentual correspondente do valor atualizado do contrato com a repactuação de 2020, a SECONT juntou aos autos a minuta SECONT** com o registro das condições de repactuação no evento [0567958](#). **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**05.** Várias são as orientações da Corte de Contas Nacional a respeito das repactuações de contratos de prestação de serviços contínuos, algumas por via dos Acórdãos TCU nº 474/2005 – Plenário e nº 1563/2004 - Plenário.

**06.** Destaca-se que este Tribunal vem compartilhando a inteligência do Acórdão Plenário nº 1.574/2015 no sentido de que “*a repactuação de preços aplica-se apenas às contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra e ocorre a partir da variação dos componentes dos custos do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, conforme estabelece o artigo 12 do Decreto 9.507/2018, devendo ser demonstrada analiticamente, de acordo com a planilha de custos e formação de preços*”.

**07.** Veja-se, ainda, o art. 55 da IN/MPDG n. 05/2017:

Art. 55. O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

II - da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

**08.** Assim, pela análise técnica da gestão contratual (Informação nº 30 – [0558632](#), complementada pela Informação 32 – [0567431](#)), parece aplicável a regra da repactuação registrada no Contrato Administrativo n. 20/2017 ([0247313](#)), o qual previu expressamente as





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

situações de repactuação do ajuste nas hipóteses de majoração dos valores de mão de obra – como, ademais, de outros componentes de custo do contrato, a exemplo dos insumos, conforme registro na **Cláusula Vigésima Sexta** do referido ajuste.

**09.** Dessa forma, tratando-se de requerimento de repactuação fundado em majoração decorrente de elevação dos custos de mão de obra e auxílio alimentação, em razão de CCT efetivamente demonstrada na solicitação de repactuação e na análise da unidade gestora da contratação, tem previsão expressa no art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/18, no Acórdão Plenário TCU 1.563/04 e no art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17, esta Assessoria Jurídica entende que estão presentes os requisitos para o deferimento da repactuação pleiteada, ademais lastreadas por cláusula contratual.

**10.** Deferida a repactuação aqui analisada, entende-se que a majoração dos valores contratados é devida desde a data de início da vigência da CCT em comento ([0558629](#)), diga-se 01/01/2020, para os postos de trabalho constantes do contrato originário. Nesse compasso, os períodos estão albergados pela regra permissiva do **art. 58, III, da IN MPOG/SLTI nº 005/17**, disposição analogicamente integrante do contrato celebrado pelas partes, a teor da Cláusula Vigésima Sexta, in verbis:

Art. 58 - Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

I - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra geral;

II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras. (negriotou-se)

**11. In casu, para os serviços prestados até a presente data** a Administração apenas arcará financeiramente com a diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no **parágrafo único do art. 58, da IN MPOG/SLTI nº 005/17, verbis:**

**Parágrafo único** - Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**12.** Cabe ressaltar que, segundo a **SUBCLÁUSULA SÉTIMA da CLÁUSULA QUINTA** do supracitado Contrato, a Garantia deverá ser **renovada e complementada a cada aditamento ou apostilamento**.

### **III - CONCLUSÃO**

**13.** Pelo exposto, com escopo nos elementos existentes nos autos, principalmente no teor das informações dadas pela unidade Gestora do Contrato ([0558632](#) e [0567431](#)), na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer e, diante da comprovação da existência de recursos orçamentários para suporte da despesa no exercício corrente ([0560045](#)), opina esta Assessoria Jurídica:

a) pelo **deferimento da repactuação** nos exatos termos demonstrados pela unidade gestora ([0558632](#) e [0567431](#)) e planilhas de cálculos ([0558622](#) e [0558657](#)), de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2020 ([0558629](#)), com fundamento no **art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/18, pelo Acórdão TCU nº 1.563/2004 - Plenário e pelo art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17**, ademais, reprise-se, com expressa previsão na CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA do Contrato nº 20/2017;

b) pela consequente **atualização dos valores do Contrato nº 20/2017**, nos termos do quadro demonstrativo apresentado pelo gestor em suas Informações e planilha de cálculos da repactuação e,

c) pela observância de que como a repactuação pleiteada é retroativa 01/01/2020 e considerando que a contratada já está pagando à mão de obra vinculada ao contrato, salários e benefícios, conforme reajustado pela Convenção Coletiva de 2020, **a Administração apenas arcará financeiramente com a diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no contrato, nos termos do parágrafo único do artigo 58, da IN MPOG/SLTI nº 005/17.**

**14.** Verifica-se que os termos da minuta de Apostila carreada aos autos ([0567958](#)), sob o aspecto formal, encontram-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, estando apto, portanto, a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração, motivo pelo qual, **para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, do diploma legal referido, esta Assessoria Jurídica manifesta sua aprovação aos referidos termos.**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**15.** Enfatize-se a necessária atualização da **garantia contratual**, já sistematizada no item VI da minuta de Apostila nº 03, evento [0567958](#), com previsão na subcláusula sexta da cláusula quinta do contrato n.20/2017.

**16.** Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz da Resolução TRE-RO nº 06/2015 (Regimento Interno do Corpo Administrativo), incumbe a esta unidade jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo, a exemplo de cálculos e planilhas

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 25/08/2020, às 14:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0573973** e o código CRC **2F0B4EAC**.

0000914-12.2017.6.22.8000

0573973v8

Criado por 004891562321, versão 8 por 004891562321 em 21/08/2020 15:51:53.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000914-12.2017.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Repactuação feito pela empresa SETOPAR – Serviços Terceirizados do Oeste do Paraná EIRELI – ME

**DECISÃO Nº 162 / 2020 - PRES/ASSPRES**

Vistos.

Os autos em tela compilam os documentos relativos ao Contrato de n. 20/2017 ([0247313](#)), firmado entre este Tribunal e a empresa SETOPAR – Serviços Terceirizados do Oeste do Paraná EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob nº 03.637.701/0001-24, para prestar serviços de apoio administrativo, consistente no fornecimento de 04 (quatro) postos de almoxarifados para trabalharem prioritariamente na conservação das urnas eletrônicas de propriedade da Justiça Eleitoral de Rondônia, com vigência de 12 (doze) meses contados a partir de **18/12/2017**, prorrogado até **18/12/2020** mediante Segundo Termo Aditivo ([0481207](#)).

A unidade gestora do contrato, por meio da Informação nº 30/2020 - COSUPUE ([0558632](#)), comunicou o pedido de repactuação feito pela empresa SETOPAR – SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DO OESTE DO PARANÁ EIRELI – ME ([0558619](#)), em virtude da vigência da Convenção Coletiva de Trabalho 2020, e descreveu o seu impacto contratual nos salários e auxílio- alimentação.

Também foi consignado que com a repactuação de 2020 o valor mensal de cada posto de trabalho objeto do contrato passará de **R\$ 4.149,96** (quatro mil cento e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos) para **R\$ 4.336,56** (quatro mil trezentos e trinta e seis reais e cinquenta e seis centavos). Além disso, foi solicitado reforço da Nota de Empenho 2020NE000178 no valor de **R\$ 9.179,84** (nove mil cento e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), para arcar com a diferença supramencionada.

Para subsidiar a análise e deliberação desta Presidência, foi juntada a **planilha de custos da repactuação** ([0558622](#)), **Convenção Coletiva de Trabalho** ([0558629](#)) e **planilha de custos análise da gestão** ([0558657](#))

Para custeio do valor da repactuação pretendida, a SPOF juntou a reserva orçamentária no valor de **R\$ 9.179,84** (nove mil cento e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos) ([0560045](#)).

Em seguida, a SECONT elaborou a Minuta de Apostila nº 03 ao Contrato nº 20/2017 ([0567958](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os autos foram submetidos à análise da AJDG, que exarou parecer jurídico n. 169/2020 ([0573973](#)), concluindo pelo **deferimento** da repactuação e consequente atualização do valor do Contrato n. 20/2017 ([0247313](#)), e **aprovando** a minuta de Apostila n. 03 do Contrato n. 20/2017, em cumprimento ao art. 38, parágrafo único, da Lei de Licitação e Contratos Administrativos. Na mesma ocasião, aquela assessoria ressaltou a necessidade de atualização da garantia contratual, já sistematizada pelo Item VI da minuta do instrumento de Apostila carreado aos autos, com previsão na Subcláusula Sexta da Cláusula Quinta do contrato n. 20/2017.

Instadas, SAOFC e Diretoria-Geral posicionaram-se **favoráveis** ao deferimento da repactua pretendida (eventos [0576895](#) e [0578332](#))

Vieram os autos para manifestação desta diretora-geral.

Ingressando no mérito, há que se registrar que havendo cabal demonstração dos termos fixados em Convenção Coletiva de Trabalho, bem assim, considerando a previsão expressa contida no art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/18, a expressa previsão contratual, o disposto no Acórdão Plenário TCU 1.563/04 e no art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17, **restam preenchidos os requisitos para o deferimento da repactuação pleiteada.**

Não se pode olvidar, contudo, que na Subcláusula Sétima da Cláusula Quinta do supracitado contrato consta que **a garantia deverá ser complementada a cada repactuação** ou acréscimo quantitativo do contrato, que deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura da minuta de apostila, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da repactuação.

No tocante à minuta da apostila n. 03 ao Contrato nº 20/2017 ([0567958](#)), verifica-se sua aprovação pela AJDG, consoante item 14 do Parecer Jurídico n. 169/2020 ([0573973](#)), em obediência ao parágrafo único do artigo 38, da Lei nº 8.666/93.

Além disso, conforme consignado na parte final da Informação nº 30/2020 - COSUPUE ([0558632](#)), será necessário o **reforço da Nota de Empenho 2020NE000178 no valor de R\$ 9.179,84** (nove mil cento e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), tendo-se em vista que a diferença da repactuação deverá ser paga retroativamente a 01/01/2020.

Em razão do exposto, considerando as informações coligidas e as ponderações consignadas pelas unidades previamente ouvidas



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e, sobretudo, com fundamento no caput do art.12 do Decreto n. 9.507/2018 c/c Acórdão TCU nº 1.563/2004 - Plenário e pelo art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17, na Convenção Coletiva de Trabalho 2020 ([0549156](#)) e na expressa previsão contida na **Cláusula Vigésima Sexta** do Contrato nº 20/2017, decido:

1. **Deferir a repactuação** de valores referentes ao Contrato nº 20/2017 ([0247313](#)), no total de **4,29%** (quatro inteiros e vinte e nove centésimos por cento), correspondente a R\$ 9.179,84 (nove mil cento e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos) e **autorizar a atualização de seu valor para o total de R\$ 223.126,72** (duzentos e vinte e três mil e cento e vinte e seis reais e setenta e dois centavos), nos termos do quadro demonstrativo apresentado pela unidade gestora do contrato em suas Informações e planilha de cálculos da repactuação;
2. **Determinar complementação da garantia no valor de R\$ 458,99** (quatrocentos e cinquenta e oito reais e noventa e nove centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, prevista na Cláusula Quinta do Contrato nº 20/2017 ([0247313](#)) e sistematizada no item VI da minuta de Apostila constante do evento [0567958](#), que deverá ser apresentada **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis** a contar da assinatura da minuta de Apostila n. 3;
3. **Determinar o reforço da nota de empenho 2020NE000178** no valor de **R\$ 9.179,84** (nove mil cento e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos) em favor da empresa **Setopar Serviços Terceirizados do Oeste do Paraná Eireli - ME**, inscrita no CNPJ sob o n. 03.637.701/0001-24; e
4. Autorizar o pagamento à Contratada **apenas** da diferença referente aos meses de janeiro até a data da formalização deste, em virtude de estar consignado nos autos que empresa já está pagando a mão de obra, vinculada ao contrato, dos salários e benefícios atualizados conforme a CCT2019, com fundamento no parágrafo único do art. 58 da Instrução Normativa MPDG n. 05/2017, uma vez que a repactuação pleiteada é retroativa a **01/01/2020**.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz**

**Grangeia, Presidente**, em 10/09/2020, às 18:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0584616** e o código CRC **92E4E34D**.

0000914-12.2017.6.22.8000

0584616v8

Criado por 011004602364, versão 8 por 011004602364 em 10/09/2020 11:58:37.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

Ano 2020 - n. 183

Porto Velho, segunda-feira, 21 de setembro de 2020

7

### **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**

#### **EXTRATOS DE ACORDO DE COOPERAÇÃO**

##### **PROCESSO SEI N. 0000706-07.2020.6.22.8000 - CESSÃO DO DIREITO DE USO DO SOFTWARE DENOMINADO SEI OUVIDORIA**

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica n. 25/2020, assinado em 17/09/2020, firmado entre o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS - TRE-TO, CNPJ 05.789.902/0001-72, e o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA - TRE-RO, 04.565.735/0001-13. Objeto: Cessão ao TRE-RO do direito de uso do software denominado SEI OUVIDORIA, sistema desenvolvido pelo TRE-TO. Vigência: 60 meses, a contar do dia 17/09/2020. Fundamentação Legal: art. 116 e parágrafos da Lei nº 8.666/93. Revoga-se o Acordo de Cooperação Técnica n. 22/2020, assinado em 14/08/2020. Signatários: Desembargador EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER, Presidente do TRE-TO e Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente do TRE-RO.

#### **EXTRATOS DE APOSTILA**

##### **PROCESSO SEI N. 0000914-12.2017.6.22.8000 - REPACTUAÇÃO**

Espécie: Extrato da Apostila 03 ao Contrato 20/2017/TRE-RO. Contratada: SETOPAR - SERVICOS TERCEIRIZADOS DO OESTE DO PARANA EIRELI - ME, CNPJ nº 03.637.701/0001-24. Objeto: Registrar a Repactuação de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos) sobre o valor mensal dos postos (já inclusos os respectivos encargos legais), a contar de 1º/01/2020, em face da homologação da Convenção Coletiva de Trabalho SINTELPES 2020/2020. Valor do reajuste/apostila: R\$ 9.179,84. Programa de Trabalho: 02061003342690001; Elementos de Despesa: 33.90.40-12, Nota de Empenho: 2020NE000689, de 16/09/2020. Fundamento Legal: art. 65 §8º, da Lei n. 8.666/93; no art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/2018; no Acórdão n. 1563/2004 /TCU-Plenário e no art. 53 e seguintes, da Instrução Normativa n. 05/2017/SLTI/MPDG, por meio da DECISÃO Nº 162 / 2020 - PRES/ASSPRES. Apostila assinada em 17/09/2020, pelo Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, Presidente - TRE-RO.

#### **EXTRATOS DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE**

##### **PROCESSO SEI 0002361-30.2020.6.22.8000 - CURSO AUDITORIA NAS CONTAS E CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS**

Publicação do Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no Art. 26 da Lei 8.666/93. Contratada: ROSAURA HADDAD TREINAMENTOS LTDA, CNPJ nº 33.267.173/0001-20. Objeto: Contratação de empresa especializada para a inscrição de cinco servidores no curso "Auditoria nas Contas e Certificação das Contas - IN TCU 84/2020". O curso será realizado nos dias 17 a 25/9/2020, com carga horária de 28 (vinte e oito) horas, no horário das 14h às 18h, na modalidade EAD Síncrono. Fundamento Legal: art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei Geral de Licitações, nos termos ainda da Decisão TCU n. 439/98-Plenário. Valor: R\$ 4.800,00. PROGRAMA DE TRABALHO: 02122003320GP0011, ELEMENTO DE DESPESA 33.90.39-48, Nota de Empenho nº 2020NE000690, de 17/09/2020. Justificativa: Necessidade de capacitação de Servidores do TRE/RO. Declaração de Inexigibilidade: Parecer Jurídico n. 190, de 15/09/2020, por MAIARA SALES DO CASAL - CPF nº 003.550.682-22 Analista Judiciário e ratificado por SILVIA GONÇALVES DE MACEDO - CPF nº 348.160.891-87, Assessora Jurídica. Ato de autorização da